

# Educação política em ambiente virtual - desafios, impactos e características do público participante

Humberto Dantas<sup>1</sup>  
Isabela Almeida<sup>2</sup>

## Resumo

Nesse artigo iremos investigar dados do público atendido pelos cursos de Iniciação Política oferecidos pela *Fundação Konrad Adenauer* que ocorreram de 2016 até 2020 ano no qual o atendimento ocorreu de forma remota por conta da pandemia de COVID-19. Utilizamos metodologia quantitativa, com dados de formulários preenchidos por alunos do curso. Pretendemos descobrir quem são e o que pensam os cidadãos que aderiram ao curso no ano de 2020, já que estes ingressaram nas aulas a partir da divulgação em redes sociais, ou convites de organizações sociais e escolas legislativas, e não através da educação formal. A maioria dos concluintes de 2020 também era associada a escolas. Foi possível comparar opiniões dos alunos quanto a política, sociedade, instituições e democracia ao ingressarem no curso, e ao final dele. Percebemos que as opiniões não se alteraram em grande escala, pois os que se interessaram pelo curso já demonstravam afinidade pela política.

**Palavras-chave:** Iniciação política; Educação; COVID-19; Democracia.

## Introdução

Entre 2008 e o início de 2020 a Fundação Konrad Adenauer do Brasil realizou cursos presenciais de Iniciação Política voltados para diferentes públicos inseridos

- 
- 1 Doutor em ciência política pela USP, pós-doutor em administração pública pela FGV-SP, pesquisador da FAPEG e coordenador da pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP
  - 2 Mestranda em Ciência Política pela UFG, graduada em Relações Internacionais. Integrante do grupo de pesquisa para o convênio FAPEG-CGE sobre o projeto Estudantes de Atitude do Governo de Goiás. Voluntária da escola de formação política *Goianas na Urna* e cocriadora do *Grupo de Estudos Pós-Coloniais*, parceria entre UFG e PUC-Minas.

num mesmo programa de três datas, com três horas de duração cada um. O intuito era provocar diferentes públicos para a percepção acerca da importância da democracia, da cidadania e da organização do Estado brasileiro. Diversas iniciativas derivaram dessas atividades acadêmicas, sendo possível compreender o programa a partir de um livro lançado pela organização em 2017 (DANTAS, 2017).

Ao longo dos 13 anos de atividades, encerradas no final de 2020, houve variação no público-alvo. Primeiramente foram formadas lideranças locais em bairros periféricos da Grande São Paulo e de Campinas. Num segundo instante, nesses mesmos lugares, foram priorizados jovens do ensino médio. Adiante, em uma penúltima etapa, foram atendidos alunos de escolas públicas e participantes de projetos sociais de educação. Mais detalhes sobre os resultados desse processo podem ser obtidos em Dantas (2016) e Dantas, Soares, Soares e Lamari (2010).

Em 2020 o projeto seguia da mesma maneira, até que a pandemia alterou planos e estratégias. As atividades foram passadas para o ambiente virtual depois de apenas três turmas presenciais, e muitos dos contatos, com diversos parceiros, se perderam. A partir de meados do ano, os cursos foram oferecidos virtualmente para alguns projetos sociais e para escolas do parlamento de diferentes locais do país, com ênfase em municípios paulistas, e em parcerias estabelecidas pelas assembleias de Minas Gerais e de Santa Catarina. Os cursos, a partir de então, normalmente divulgados pelas redes sociais, eram livres e contaram com número bastante significativo de inscrições a partir do preenchimento de um formulário que, além de servir como cadastro, recolhia informações sobre a percepção dos interessados sobre a política e a democracia em geral.

Tais formulários eram preenchidos presencialmente nas diversas atividades realizadas ao longo dos anos anteriores. E sempre foram revertidos em estudos analíticos sobre a percepção de cidadãos e cidadãs sobre a política. Exemplos dessa utilização científica não faltam, sendo possível destacar aqui os casos de Dantas, Soares, Soares e Lamari (2010), Dantas e Caruso (2011), Dantas e Estramano (2015), Dantas (2016), Dantas, Nascimento e Silva (2016), Dantas (2018), Dantas, Silva, Garcia e Virgolino (2019), Dantas e Lamari (2019) e, Santos e Dantas (2020).

O objetivo desse artigo é se juntar a esse volume de análises sobre as características do público de cursos de Iniciação Política realizados pela *Fundação Konrad Adenauer* ao longo dos últimos anos. Aqui, em especial, serão utilizados dois conjuntos de informações e buscadas duas comparações essenciais. O primeiro bloco de dados é constituído pelos questionários preenchidos para a adesão aos cursos. Ao todo foram 1.983 formulários em 2020. Quem são esses cidadãos? O que pensam sobre política com base em perguntas estruturadas em um questionário padrão?

Por haver aqui uma adesão voluntária e estimulada por comunicações nas redes sociais, ou convites de organizações sociais e escolas legislativas parceiras, é possível esperar algo muito diferente do que se encontrou em anos anteriores, com base nas percepções desses conjuntos de artigos e das atividades direcionadas para as escolas e os projetos sociais? Partimos da hipótese que sim, o público que procura essas atividades e a elas adere é diferente e mais interessado pela política que os cidadãos atendidos em outrora, sendo que tal fenômeno é marcado pela proximidade com instituições formais da democracia como partidos políticos etc.

O segundo bloco é formado por 518 participantes que preencheram os dois formulários – o de adesão e o de conclusão – e estiveram em ao menos duas das três aulas virtuais oferecidas pelo curso em 2020. Esses eram os requisitos para formação, e a partir de tais aspectos o objetivo é entender se o curso aportou algo entre a entrada e a saída do participante da atividade, ou seja, estamos comparando aqui o sujeito antes e depois das aulas. Como ele responde, na saída, às partes em comum do formulário que preencheu na adesão? Aqui partimos da hipótese de que por se tratar de um curso que falou para um público declaradamente interessado em política, o adensamento da visão sobre o tema não foi das mais marcantes com base naquilo que se perguntou. Tal hipótese é corroborada pelas percepções de Dantas (2016), que mesmo diante de jovens estudantes do ensino médio que foram impactados em escolas sem que manifestassem voluntariamente o desejo pela realização da atividade de formação política, notou que a mudança de percepção sobre o tema da política no curto prazo era pequena.

Por se tratar de uma análise descritiva simples dos dados, por vezes os comparando com números encontrados na bibliografia utilizada que se serviu de formulários idênticos aplicados em realidade presencial, não nos preocuparemos aqui em reservar espaço para explicações metodológicas atreladas à descrição do que sejam trabalhos desse tipo que aqui se apresentam. Os métodos e instrumentos são facilmente percebidos ao longo das análises, e detalhes adicionais podem ser obtidos de forma mais acurada, principalmente, em Dantas (2016).

## **Revisão bibliográfica**

Importante aqui destacar os principais achados dos textos que em alguma medida se utilizaram do conjunto de dados captados com base em formulários muito semelhantes àqueles que subsidiaram nossa análise. Assim, o conjunto de textos é aquele aqui já citado, nos servindo especialmente as conclusões trazidas por cada um deles em relação às percepções de cidadãos e cidadãs que participaram das atividades de Iniciação Política da *Fundação Konrad Adenauer* e seus parceiros.

Assim, é fato que existe uma demanda crescente por maior acesso à educação política. Esses cursos pretendem preencher essa lacuna, pois como aponta DANTAS, NASCIMENTO, et al (2016):

jovens reproduzem formas tradicionais de obtenção de informação política e concordam que conteúdos de formação política são importantes. Além disso, compartilham valores comuns que reforçam parâmetros elementares da democracia, tais como a participação política (DANTAS, NASCIMENTO et al, 2016, p. 173).

A partir dessa percepção, são constantes os comentários com relação a necessidade de maior acesso à educação política especificamente em escolas, por parte dos alunos dos cursos. O local é identificado como o espaço correto para se aprender política, e em segundo lugar vêm as faculdades. Locais como família e meios de comunicação ficam muito atrás, na opinião dos alunos (DANTAS, 2017; DANTAS e LAMARI, 2019).

Porém, também é possível que esse envolvimento ocorra através de formas externas a escola, como por exemplo a associação com partidos políticos e seus grupos de juventude, ou também movimentos sociais. Para que o jovem possa escolher sua melhor forma de participar, é preciso considerar causas sociais, civis e políticas nas quais há maior identificação por parte do aluno (DANTAS, 2017).

Essa busca pela organização política tem impactos consideráveis na participação. Esses movimentos possuem grande influência para uma maior participação em ações oficiais, como o voto. A reunião e discussão permite que a percepção quanto ao acesso democrático cresça, pois esses espaços promovem troca de informações que trazem à tona a essência da democracia. Ao permitir a criação de um local onde é permitido o debate de diferenças, é possível se lembrar tanto do papel próprio do Estado, quanto trazer a compreensão de que grupos diferentes possuem posicionamentos diversos para várias questões e que “a política é, então, capaz de mediar tais aspectos por meio de garantias e conquistas democráticas” (DANTAS, 2017. p. 48).

Ainda assim, constantemente surgem nos cursos diversos questionamentos com relação ao termo “democracia”. Alguns exemplos são assuntos como liberdade (de associação, imprensa, comunicação, ir e vir) de voto ou de representação. A obrigatoriedade do voto é um tópico que costuma aparecer, pois o argumento é sempre o de que “se existe alguma obrigação”, não é uma democracia. A resposta para essa fala se encontra no fato de que não é o voto que é obrigatório, e sim a prestação de comprovação de existência à justiça eleitoral. Além disso, existem as opções de votos nulos, brancos, ou abstenções, que têm crescido nas últimas

eleições. O que ocorre nesses casos, é que são contabilizados somente votos em candidatos ou partidos, e os que optaram por alguma das três opções citadas serão simplesmente governados (DANTAS, 2017)

Além disso, é importante esclarecer aos jovens que não é certo assumir que na democracia existe liberdade para que todos façam o que desejam, sem limites. A democracia diz respeito à construção conjunta de limites, que são legitimados e propiciam uma melhor convivência. Ainda quanto ao voto, a sua obrigatoriedade já foi alvo de votação na Câmara dos Deputados, e a manutenção do sistema recebeu 311 votos favoráveis, enquanto somente 124 foram contra sua continuidade em 2015. O voto obrigatório foi parte da discussão na democratização e construção da Constituição de 1988, considerada uma das mais avançadas em termos democráticos no mundo (DANTAS, 2017).

Outro questionamento frequente entre os jovens nos cursos de educação política é quanto à forma de obtenção de informação. No caso do curso analisado neste artigo, os alunos demonstraram adesão aos meios de comunicação, trazendo à tona questionamentos sobre a isenção de opinião política nesses meios. Ao debater esse tópico é importante informar quanto à procura por uma variação de fontes, pois assim é possível que exista uma formação de um senso crítico, capaz de analisar situações considerando o debate e diversos pontos opostos (DANTAS, 2017).

Outra desconfiança comum é quanto ao papel das instituições democráticas formais. Um exemplo é que 33% dos jovens não participam da política porque não acreditam no sistema como é hoje (PEDREIRA, 2015). Essa descrença é habitual principalmente quanto ao papel dos poderes Legislativo e Executivo, mas ainda assim a educação política demonstra impactos positivos, pois como destacado por DANTAS e ESTRAMANHO (2015):

se a educação política não gera aumento imediato da confiança dos jovens cidadãos nas instituições políticas típicas, ao menos os fazem perceber a importância da informação e do conhecimento específico sobre política como elemento indispensável na qualificação do voto, sinônimo de exercício da cidadania nas democracias representativas (DANTAS e ESTRAMANHO, 2015, p. 81).

Por isso, é importante compreender o papel da política para os jovens, trazendo reflexões quanto ao seu papel na sociedade, ao despertar o entendimento de pertencimento e responsabilidade. Para que esse objetivo seja alcançado, é importante que existam estudos que observem as capacidades dos cursos de formação políticas, além da percepção dos alunos quanto a eles (DANTAS, NASCIMENTO et al, 2016).

## **Análise de dados: comparação entre cursos anteriores e o curso de 2020**

Feita essa análise sobre parte do que os estudos que se utilizam dos dados que subsidiam nossa observação, se encontram em torno do debate da participação, o objetivo é seguir adiante no intuito de se buscar a percepção dos participantes de 2020 do curso de Iniciação Política da *Fundação Konrad Adenauer*. Os formulários utilizados carregavam consigo caracterizações mínimas dos participantes. O primeiro dado que chama a atenção é a adesão voluntária ao curso virtual de um conjunto maior de mulheres: 59% contra 41% dos quase dois mil inscritos. Entre 2014 e 2019, as atividades estavam inseridas em ações de escolas públicas e projetos sociais parceiros, o que era capaz de explicar uma presença maior do público feminino. O Censo Escolar de 2019, por exemplo, mostrava que 52% das matrículas nessa fase da educação eram das mulheres. Ainda assim, nas atividades de educação política atingiu-se 59% em 2017 como percentual máximo, contra 54% em 2014 como índice mínimo de mulheres nas salas da ação. A política como espaço de presença masculina mais intensa não é algo que se repete em ações formativas desse tipo, algo já percebido por Dantas (2018b). No artigo, o autor observa que o interesse e a adesão a aspectos democráticos mais concretos entre as estudantes pesquisadas no Ensino Médio não diferiam daquilo que expressava o universo masculino, levando o autor a propor duas hipóteses para análises futuras: as gerações estão se igualando, ou as barreiras que separam homens e mulheres em suas percepções e interesses pela política ocorrem em outras faixas etárias mais avançadas.

Um segundo ponto que merece atenção e caracteriza o público pesquisado é a idade: nas atividades exclusivamente voltadas para escolas e projetos sociais, a média etária nunca ultrapassou 22 anos, e nunca ficou aquém de 16 entre 2014 e 2019. Já em 2020, com a adesão livre e voluntária aos cursos noticiados em redes sociais e realizados em ambiente virtual, a média saltou para 32 anos. Aqui é interessante notar que praticamente não há diferença entre os gêneros: a idade média das mulheres é de 31 e a dos homens de 32 anos.

Se os participantes de 2020 são mais velhos, e nos anos anteriores entre 70% e 90% dos participantes estavam matriculados no ensino médio, aqui há outra significativa alteração: em 2020, nos cursos livres virtuais, 74% dos inscritos tinham entre o ensino superior incompleto e a pós-graduação completa, elevando o tempo de estudos em relação ao público atendido anteriormente. Com base nessas três características, exceção feita ao gênero, em 2020 verificamos elevação

de escolaridade e idade, o que indica que um curso livre denominado “Iniciação Política” chama mais a atenção de adultos com nível de escolaridade elevado. Parte da hipótese associada a esta primeira análise já se confirma: o público que adere voluntariamente a uma atividade desse tipo é relativamente diferente.

Adiante no formulário o objetivo era compreender em que medida os participantes declaravam buscar informações sobre política em diferentes fontes descritas no formulário. O padrão de pergunta é o mesmo desde 2017, e nesse caso é possível verificar uma mudança bastante significativa no perfil dos inscritos de 2020 em relação aos anos anteriores. A média de adesão aos canais apresentados muda muito, algo hipoteticamente explicado por conta da idade e do interesse voluntário do público por um curso sob a temática da política.

**Tabela 1 - Adesão aos meios de comunicação como fonte de busca, ao menos semanal, sobre política**

Canais	2017	2018	2019	2020
Televisão	83,32%	81,55%	81,95%	81,04%
Sites	51,75%	57,32%	62,02%	95,41%
Eventos	4,20%	5,31%	4,81%	36,66%
YouTube	20,08%	29,07%	29,66%	66,77%
Jornais (impressos) Gratuitos	7,09%	6,92%	6,68%	25,57%
Jornais (impressos) Pagos	2,40%	2,65%	3,17%	19,21%
Redes Sociais	61,64%	62,40%	63,77%	87,04%
Conversas	41,06%	46,60%	51,00%	85,38%
Escola – aulas	35,86%	37,25%	40,21%	36,96%
Rádio	10,49%	13,03%	9,50%	42,91%
Revistas	6,19%	4,73%	4,92%	22,69%
MÉDIA	29,46	31,53	32,52	54,51

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa.

Exceção feita à televisão e às escolas - algo esperado diante do fato de que em 2020 o público já era mais velho - há incrementos substantivos em todos os meios expostos. A política, para o público virtual do ano mais recente da pesquisa e das atividades de formação, é tema presente nas pautas de busca por informações.

O bloco seguinte de questões estava associado à procura e à percepção a respeito de questões concretas da atuação política. Na tabela 2 trazemos os principais pontos das perguntas padronizadas minimamente desde 2016. É pouco discreta a diferença de 2020 para os demais anos quando o assunto é a obtenção do título de eleitor com menos de 18 anos, a despeito de a turma mais recente

ultrapassar a marca dos 60 pontos percentuais, enquanto nos demais anos os respondentes se concentram acima dos 50%. Também é pequena a variação quando o tema está associado à ideia de percepção do voto, predominantemente como obrigação ou direito. Enquanto em 2020 a percepção de direito atinge 88%, nos demais anos da tabela, varia entre 70 e 80 pontos - algo compreendido como positivo.

**Tabela 2 - Percepções sobre aspectos de participação e valorização da política**

Resposta	2016	2017	2018	2019	2020
Tirou ou vai tirar título com menos de 18 anos	56%	54%	55%	52%	61%
O voto é prioritariamente um direito (e não uma obrigação)	70%	80%	78%	80%	88%
Sobre a política: eu gosto dela	17%	23%	21%	31%	78%
Já votou em outras eleições	25%	24%	27%	30%	81%
Será sempre um eleitor (não um filiado ou candidato)	82%	80%	82%	79%	32%
Não simpatiza com qualquer partido político	84%	86%	79%	74%	19%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa.

Mas é a partir das demais questões que as diferenças se mostram mais intensas. Entre os estudantes impactados no período de 2016 a 2019 a política é entendida predominantemente como “algo importante, mas pelo qual o respondente não demonstra gosto” e o total que diz “gostar de política” varia entre 17% e 31%, mas em 2020 salta para 78%, o que pode ser mais um indicativo da lógica de adesão voluntária ao curso ofertado. O mesmo ocorre quando o assunto é o futuro do participante na política: enquanto entre 2016 e 2019 cerca de 80% dizem que serão sempre eleitores, apenas um terço marca essa opção em 2020, o que significa que a maioria se dividiu entre ser formalmente filiado a um partido e indicar a possibilidade real de se candidatar em uma eleição. Por fim, essa posição impacta na questão seguinte. Enquanto nos anos menos recentes as respostas sobre simpatia a um partido político estavam longe da valorização das legendas, e algo entre 74% e 86% dos estudantes diziam não ter apreço por qualquer partido, esse percentual cai para 19% entre os respondentes de 2020 que se inscreveram no curso. O impacto da idade, e aparentemente, sobretudo da temática do curso, ajuda na compreensão dos resultados colhidos. Aqui, inclusive, em 2020 foram mais de 80% dos entrevistados que afirmavam já ter votado antes, contra algo como 24% e 30% entre aqueles que participaram da atividade no quadriênio 2016-2019 e tinham média de idade menor.

No bloco seguinte de questões, o objetivo era compreender o que era obrigação de uma Câmara Municipal, “onde trabalham os vereadores”. Importante

salientar que desde 2016 essa pergunta consta no formulário e os cursos têm parcerias com escolas de parlamento. Em 2020, a maioria das ações se concentrou em atividades junto com essas organizações. Em termos mais formais, atendendo àquilo que se entende legalmente pelas funções legislativas, em 2020 o público indicou com incidência bastante significativa o papel da casa onde atuam os vereadores. Supera 90 pontos percentuais a percepção sobre as funções legislativa e fiscalizadora de tais instituições, contra médias menos intensas em anos anteriores, com um público fortemente composto por estudantes de ensino médio.

A questão é que entre os respondentes mais atuais, funções menos formais como festas, realização de favores e atendimento a interesses empresariais também surgiram. E aqui fica a dúvida: trata-se de um público bastante experiente a ponto de considerar as solenidades parlamentares como eventos festivos que de fato são, bem como entender que empresas têm interesses legítimos diante das arenas de representação política e os eleitores são ajudados por gabinetes no cotidiano dos parlamentos? Não nos cabe aqui discorrer sobre nossas percepções a esse respeito, mas é fato que tais aspectos fazem parte do dia a dia das casas dessa natureza, como bem observa Joffre Neto (2001).

**Tabela 3 - Percepções acerca das obrigações de uma Câmara Municipal**

Obrigações da Câmara Municipal	2016	2017	2018	2019	2020
Faz leis para a cidade	73%	66%	67%	66%	97%
Fiscaliza as ações do Poder Executivo	53%	46%	43%	48%	95%
Promove festas e eventos	10%	7%	9%	7%	24%
Realiza favores aos eleitores	38%	25%	24%	20%	33%
Resolve problemas de empresas	9%	5%	6%	5%	20%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa.

O último bloco de questões estava associado à adesão a um conjunto de sentenças, sendo ofertadas aos participantes as seguintes opções: discordo totalmente, discordo em partes, concordo em partes e concordo totalmente. As respostas podem ser facilmente transformadas em graus de adesão, sendo que o discordar totalmente vale zero ponto, a posição seguinte 1 ponto até o concordar totalmente que soma 3 pontos. Dividir a média desses resultados em cada ano e a cada frase por 3 carrega o percentual de aceitação.

**Tabela 4 – Opiniões políticas e de cidadania**

Sentença	2017	2018	2019	2020
Todos os políticos são corruptos	52%	52%	49%	33%
A justiça privilegia os ricos	77%	79%	78%	70%
Movimento de rua é forma legítima de manifestação	75%	76%	74%	72%
A educação política deve estar presente nas escolas	88%	85%	87%	89%
O voto tem poder de transformação	83%	84%	85%	87%
O voto obrigatório distorce a democracia	61%	63%	58%	48%
Depredar empresas é forma legítima de manifestação	12%	11%	11%	12%
A imprensa informa bem os cidadãos	33%	31%	37%	45%
A educação pública se preocupa em formar cidadãos	37%	40%	44%	44%
A corrupção é o maior problema do país	76%	76%	74%	65%
Depredar praças é forma legítima de manifestação	9%	8%	9%	7%
A política está muito distante dos jovens	64%	61%	55%	53%
Nas escolas os professores defendem partidos e ideologias	41%	42%	43%	37%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa.

Se os grupos se mostram diferentes no trato com aspectos formais da política, as posições em relação a frases usuais do senso comum não trazem graus de concordância tão diferentes. Se em 2020, os participantes das atividades de educação estavam mais próximos da política, o que se verifica de maneira mais forte é a redução da ideia, mais presente entre os jovens de 2017 a 2019, de que “todos” os políticos são corruptos. Também se atenua a percepção de que o voto obrigatório é uma distorção da democracia no público mais recente, assim como se nota em nível menos intenso que a corrupção é o maior problema do país. No mais, as percepções são semelhantes, o que nos leva a buscar entender em que medida a proximidade e o maior interesse pela política são capazes de mudar a percepção das pessoas em relação a temáticas do cotidiano acerca dela. Se até aqui a primeira hipótese levantada na introdução parecia fazer sentido e distinguir os respondentes de 2020, dos jovens estudantes de anos anteriores, a tabela 4 os aproxima em muitos de seus pontos.

Além disso, podemos destacar a diferença entre inscritos e concluintes no ano de 2020. As inscrições alcançaram 1.983 pessoas, enquanto os concluintes foram apenas 518. Esse fenômeno não aconteceu somente no curso analisado neste artigo. É indicado que houve um grande aumento na procura por cursos online desde o início da pandemia de COVID-19. Porém, a evasão de cursos em formato EAD também cresceu consideravelmente (NOBRE, 2021).

## Dados de Ingressantes e Concluintes no ano de 2020

Neste tópico analisaremos o impacto do curso, comparando as respostas do mesmo questionário ao ser respondido em dois momentos distintos: ao iniciar e ao concluir o curso. O questionário aplicado foi o mesmo utilizado nos anos anteriores.

Iniciaremos com um dado preocupante: a desistência do curso por parte dos ingressantes foi significativa, representando cerca de três quartos dos 1.983 inscritos. Ainda assim, é importante observarmos as informações quanto a esses participantes que puderam finalizar o curso. Em relação ao gênero, novamente o número de mulheres superou o de homens na conclusão, pois 61% dos concluintes era do público feminino. A média etária dos concluintes diminuiu, sendo de 32 anos no início do curso, e 29 anos entre os finalistas. Ambos os gêneros também seguiram a média etária de 29 anos. Ainda é possível perceber que a maioria de concluintes é predominantemente jovem, pois 63% possuem 29 anos ou menos.

Com relação à forma de obtenção de informação política, não houve diferenças substanciais, porém ocorreu um aumento com relação a absorção de informação através da televisão (aumento de 2%) e na escola, acréscimo de 9%. Neste segundo caso, é possível que isso tenha ocorrido pois mais de um terço dos concluintes se encontravam em idade escolar (12 a 18 anos).

**Tabela 5 - Adesão aos meios de comunicação como fonte de busca, ao menos semanal, sobre política**

Canais	Ingressantes	Concluintes	Diferença entre ingressantes e concluintes
Televisão	81%	83%	2%
Sites	95%	94%	-1%
Eventos	37%	31%	-6%
YouTube	67%	64%	-3%
Jornais (impressos) Gratuitos	26%	21%	-5%
Jornais (impressos) Pagos	19%	14%	-5%
Redes Sociais	87%	86%	-1%
Conversas	85%	89%	-4%
Escola – aulas	37%	46%	9%
Rádio	43%	41%	-2%
Revistas	23%	18%	-6%
MÉDIA	55%	53,30%	1,70%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa.

Quanto às percepções de aspectos da participação e valorização da política, mais uma vez por conta da diminuição da faixa etária houve diferença entre os ingressantes e concluintes que votaram em eleições antes de 2018. Os concluintes pareceram demonstrar maior intenção de se associar a manifestações políticas de forma tradicional, pois cerca de 8% pretendem se filiar ou se candidatar. Em contrapartida, a rejeição a partidos políticos aumentou em 7%. Outro dado interessante é que mesmo após a conclusão de um curso de iniciação política, apesar da pequena diferença de 5%, os concluintes apontaram gostar menos de política do que os ingressantes.

**Tabela 6 - Percepções sobre aspectos de participação e valorização da política**

Resposta	Ingressantes	Concluintes	Diferença entre ingressantes e concluintes
Tirou ou vai tirar título com menos de 18 anos	61%	57%	-4%
O voto é prioritariamente um direito (e não uma obrigação)	88%	87%	-1%
Sobre a política: eu gosto dela	78%	73%	-5%
Já votou em outras eleições	81%	62%	-19%
Será sempre um eleitor (não um filiado ou candidato)	32%	40%	8%
Não simpatiza com qualquer partido político	19%	26%	7%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa.

Quando falamos das percepções quanto às obrigações de uma Câmara Municipal, os dados se alteram consideravelmente quando a pergunta está associada à função de fazer leis para a cidade e fiscalização do Poder Executivo. Ao ingressarem, os alunos consideraram que fiscalizar a Prefeitura e fazer leis era mais importante do que para os alunos concluintes. A diferença foi de 12%. A única mudança de opinião positiva foi pouco significativa e dizia respeito aos membros da Câmara resolvendo problemas de empresas.

**Tabela 7 - Percepções acerca das obrigações de uma Câmara Municipal**

Obrigações da Câmara Municipal	Ingressantes	Concluintes	Diferença entre ingressantes e concluintes
Faz leis para a cidade	97%	85%	-12%
Fiscaliza as ações do Poder Executivo	95%	83%	-12%
Promove festas e eventos	24%	20%	-4%
Realiza favores aos eleitores	33%	31%	-2%
Resolve problemas de empresas	20%	22%	2%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa.

Já no caso das opiniões políticas e de cidadania as mudanças foram inexpressivas. As porcentagens de adesão quanto aos concluintes foram obtidas de maneira semelhante às da tabela 4. Havia quatro opções de resposta sendo: concordo totalmente com valor 3 (representando 100%), concordo parcialmente com valor 2, discordo parcialmente com valor 1, e discordo totalmente com valor 0. Em seguida, a média das opções era dividida por 3. A maior diferença dos alunos ingressantes e dos alunos concluintes foi de 5 pontos quando a questão foi com relação a preocupação da educação pública em formar cidadãos. Mais uma vez, esse dado pode se dar ao fato da grande presença de alunos em idade escolar que concluíram o curso, e assim se centram em sua realidade.

**Tabela 8 - Opiniões políticas e de cidadania**

Sentença	Ingressantes	Concluintes	Diferença entre ingressantes e concluintes
Todos os políticos são corruptos	33%	33%	0%
A justiça privilegia os ricos	70%	70%	0%
Movimento de rua é forma legítima de manifestação	72%	70%	-2%
A educação política deve estar presente nas escolas	89%	90%	1%
O voto tem poder de transformação	87%	88%	1%
O voto obrigatório distorce a democracia	48%	47%	-1%
Depredar empresas é forma legítima de manifestação	12%	10%	-2%
A imprensa informa bem os cidadãos	45%	44%	-1%
A educação pública se preocupa em formar cidadãos	44%	49%	5%
A corrupção é o maior problema do país	65%	63%	-2%
Depredar praças é forma legítima de manifestação	7%	6%	-1%
A política está muito distante dos jovens	53%	53%	0%
Nas escolas os professores defendem partidos e ideologias	37%	37%	0%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos questionários de pesquisa.

## Conclusão

Quanto à pergunta do início do artigo, podemos concluir que a adesão voluntária e incentivada por comunicações nas redes sociais de 2020 trouxe um público diferente em termos de características gerais para a atividade – pessoas mais velhas e com maior grau de escolaridade. As mulheres, a exemplo de todos os anos, foram maioria. Esse ponto também é reforçado pelas diferenças de opinião sobre gosto e envolvimento por política. Não se mostram intensas,

no entanto, em parte expressiva das sentenças que buscavam colher percepções sobre temas gerais da realidade política. Isso não diferencia o público de adesão voluntária de 2020 dos demais participantes de anos anteriores, impactados de maneira menos espontânea, uma vez que os cursos eram realizados como ações escolares ou formativas em organizações sociais.

Diante de tais percepções, algo merece atenção: o curso sob a forma como foi realizado em 2020, em parceria com as escolas de parlamento de cidades paulistas, catarinenses e mineiras atingiu, em linhas gerais, um público mais politizado. Acende-se aqui um sinal amarelo para as escolas do parlamento em geral: uma ação desse tipo, denominada “Curso de Iniciação Política” tem como objetivo dar um primeiro sinal de conceitos fundamentais para estudantes. Quando realizados em ambientes políticos, como instituições associadas a assembleias legislativas e câmaras municipais, tende a atrair um ecossistema inserido em uma rede de interessados com certa maturidade política, a despeito das semelhanças em opiniões sobre política simbolizadas, principalmente, pela tabela 4. Isso significa dizer que ações desse tipo “falam para convertidos”, e aqui as escolas do parlamento talvez precisem, eventualmente, refletir sobre suas ações e a forma como convocam seus públicos. Formações políticas basilares realizadas por esse tipo de entidade devem convocar livremente cidadãos e cidadãs que estão próximos de suas atividades, ou precisam estar atentas a chamamentos mais específicos em parcerias com escolas públicas, procurando estudantes que espontaneamente não se afeiçoam à temática política, mas precisam de informações desse tipo para suas respectivas formações democráticas? Esse é o principal ponto que diferencia 2020 dos demais anos, e essa é a contribuição aplicada desse artigo para a formulação de estratégias para escolas do parlamento.

Quanto à segunda análise entre os ingressantes e os formados, podemos começar apontando para o fato de que o curso de iniciação política ofertado de modo remoto no ano de 2020 apresentou quebra significativa entre inscritos e concluintes. Isso pode ter ocorrido por diversos motivos como problemas técnicos com o acesso, falta de clareza quanto ao objetivo do curso na divulgação, causando discrepância entre a expectativa e o conteúdo oferecido, ou mesmo desânimo causado pela pandemia de COVID-19. Mas, principalmente, é importante salientar que a maioria absoluta daqueles que aderiram ao formulário sequer compareceu a um minuto de aula, o que preocupa quem organiza ações gratuitas dessa natureza.

Como suspeitamos na hipótese, as diferenças de opinião entre ingressantes e alunos que concluíram o curso não sofreram grandes alterações. O público que

se dispõe a assistir tais aulas, em 2020, já gosta de política e provavelmente possui posições já formadas quanto às perguntas feitas no questionário.

Deste modo, concluímos que é necessário haver um aprimoramento do debate e da elaboração do curso e de suas formas de divulgação. O curso de iniciação política precisa propor caminhos alternativos ao ensino formal, para que consiga atingir públicos mais diversos. Os desafios existem, e as demandas são frequentes, mas a partir da análise e da comparação entre os anos de aplicação, a lição que tiramos é a de que o objetivo deve ser o avanço democrático e da participação.

## Referências bibliográficas

- DANTAS, H. **Educação Política**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.
- DANTAS, H.; CARUSO, V. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. **Revista E-Legis**, Brasília, volume 4, número 2, 2011.
- DANTAS, H.; ESTRAMANHO, R. Como a juventude se relaciona com a Democracia. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVI, vol 1, 2015.
- DANTAS, H.; LAMARI, R. A relação de jovens do Ensino Médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP. **Revista do Legislativo Paranaense**, Curitiba, n.2, 2019.
- DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 1, 2016
- DANTAS, H. Escolas Municipais e Escolas Estaduais – essa variável pesa na percepção sobre política de jovens da Grande São Paulo? **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, n. 11, 2018.
- DANTAS, H. Ações de educação política da KAS nas periferias de São Paulo: o recorte de gênero e a percepção de que o problema não reside aqui. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XIX, v. 1, 2018b.
- DANTAS, H.; NASCIMENTO, A.; SILVA, B. Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 8, n. 29, 2016.
- DANTAS, H.; SILVA, F.; GARCIA, M.; VIRGOLINO, R. Educação Política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de Ensino Médio sobre a política. **Revista E-Legis**, Brasília, volume 12, número 30, 2019.

DANTAS, H.; SOARES, A.; Soares, M. I.; LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, v. 3, 2010.

JOFFRE NETO, JOAQUIM MARCELINO. Câmaras Municipais do Brasil. Um estudo introdutório do afastamento dos Legislativos Municipais de suas funções constitucionais. São Paulo, EAESP/FGV, 162 p. **Dissertação de Mestrado** apresentada ao Curso de Administração Pública e Governo. Area de concentração: Políticas de Governo. 2001.

NOBRE, MIRLA. **Número de matrículas em cursos a distância aumenta até 50% na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2021/06/09/numero-de-matriculas-em-cursos-a-distancia-aumenta-ate-50-na-pandemia.html>. Acesso em: 02 nov. 2021